

Jornalismo etnográfico em coberturas de longa duração: considerações sobre a relação entre repórter e personagem

Ethnographic Journalism in Long-Term Coverage: Considerations on The Relationship Between Reporter and Character

Luiza Sansão¹

Itala Maduell Vieira²

Leonel Azevedo de Aguiar³

Resumo

Este ensaio teórico aponta características e problematizações sobre a noção de cobertura jornalística de longa duração, a partir de reportagens realizadas ao longo de nove anos a respeito do caso Rafael Braga, jovem catador de material reciclável preso durante as manifestações de junho de 2013. Analisa-se a experiência da repórter à luz de referencial teórico sobre jornalismo etnográfico, jornalismo de longa duração e jornalismo de subjetividade. Verificam-se tensões nos preceitos éticos tradicionalmente adotados no jornalismo ainda pouco debatidos, sobretudo a relação repórter-personagem.

Palavras-chave: Jornalismo etnográfico. Cobertura de longa duração. Relação repórter-personagem.

Abstract

This theoretical essay points out characteristics and problematizations about the notion of long-term journalistic coverage, based on reports carried out over nine years about the case of Rafael Braga, a young recyclable material collector arrested during the June 2013 demonstrations. The reporter's experience is analyzed in the light of theoretical references on ethnographic journalism, long-term journalism and subjective journalism. It reveals tensions between the ethical principles traditionally adopted in journalism, which are still little debated, especially the reporter-character relationship.

Keywords: Ethnographic journalism. Long-term coverage. Reporter-character relationship.

¹ Jornalista, mestra e doutoranda em Comunicação pela PUC-Rio. E-mail: luizassansao@gmail.com

² Professora do Curso de Jornalismo do Departamento de Comunicação da PUC-Rio. Doutora em Comunicação. E-mail: itala@puc-rio.br.

³ Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Curso de Jornalismo do Departamento de Comunicação da PUC-Rio. Doutor em Comunicação. E-mail: laaguiar@uol.com.br.

Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo, Ponta Grossa, v.13, n. 1, e25806, p.1-20, 2026.

DOI: 10.5212/RevistaPautaGeral.v.13.25806.

Introdução

Na tarde de 11 de maio de 2016, quase na hora marcada para a segunda audiência de instrução e julgamento de Rafael Braga, a repórter é surpreendida pelo cumprimento inusitado de uma ativista de direitos humanos. “Que bom que você chegou! Dona Adriana [mãe do jovem catador] estava perguntando: ‘cadê a jornalista do Rafael?’”. Identificado em reportagens da mídia de referência como “morador de rua”, o catador de material reciclável havia sido preso em meio às manifestações de junho de 2013 no Rio de Janeiro sob a acusação de portar material incendiário – na verdade, dois frascos lacrados de produtos de limpeza, um desinfetante e outro de cloro.

Negro, pobre e morador da periferia da cidade, foi o único a ser condenado pelos protestos. Sansão acompanha o caso de perto desde 2015, numa série de 28 reportagens publicadas no *site* Ponte Jornalismo⁴ e em seu blog no site Outras Palavras⁵. Em vários momentos, a jornalista se confundiu com a própria equipe de defesa do acusado, emocionando-se com o drama de sua família e expressando sua indignação com uma clara injustiça.

A série de reportagens sobre o caso Rafael Braga pode ser classificada como uma cobertura jornalística de longa duração, um conceito que não deve ser confundido com “jornalismo *long-form*” (Longhi; Winkes, 2015). Este artigo busca apontar características distintivas e problematizações sobre a noção de cobertura jornalística de longa duração, articulando-se conceitos relevantes para esta prática profissional, como jornalismo etnográfico (Hermann, 2016a; 2016b; Carvalho; Mendonça Jr, 2022) e reportagem de longa duração (Moraes, 2015), a partir de análise da cobertura jornalística envolvendo o catador Rafael Braga.

O artigo se apresenta em duas seções, além da introdução e conclusão.

⁴ A Ponte Jornalismo se apresenta como “uma organização sem fins lucrativos criada para ampliar o debate sobre os direitos humanos por meio do jornalismo”, sobretudo a cobertura das áreas de segurança pública e justiça. Disponível em: <https://ponte.org/sobre/>.

⁵ O site Outras Palavras informa apostar “no jornalismo de profundidade para encarar grandes assuntos nacionais e internacionais”, mobilizando “pensadores e ativistas que não se limitam às análises convencionais” da “mídia comercial”. Disponível em: <https://outraspalavras.net/sobre/>.

Imersão e abordagem etnográfica

Embora as notícias que tenham a tendência de dominar as discussões sobre o jornalismo (Hermann, 2016b), são as reportagens, pelo relato minucioso e pela profundidade, que se tornam obras de referência, muitas vezes tomando a forma de livros. No Brasil, exemplo inescapável é a obra de Euclides da Cunha (1866-1909). Enviado como correspondente pelo jornal O Estado de S. Paulo, em outubro de 1897, para cobrir a insurreição de Canudos, ele reavalia seu posicionamento sobre o confronto e a campanha fratricida do Exército. É dessa reinterpretação crítica sobre a visão ingênua das suas próprias reportagens que nasce o livro “Os sertões”, lançado em 1902.

Neste estudo sobre a série de reportagens de Sansão, destacamos as experiências de duas mulheres repórteres com grandes contribuições ao jornalismo ligado aos direitos humanos: Fabiana Moraes, sobretudo com o livro-reportagem “O nascimento de Joicy” (2015), em que narra a cobertura (e seus bastidores) do processo de redesignação sexual da pernambucana Joicy ao longo de 18 meses; e a jornalista Eliane Brum, com “A menina quebrada” (2013).

Na cobertura de histórias por um período mais longo, o aprofundamento nas questões que as atravessam (tratamento reflexivo da pauta) e a preocupação com a forma de contá-las (estilo, autoria, escolhas semânticas) são características das reportagens consideradas “grandes” e “de fôlego”. Todos esses termos, portanto, parecem adequados para nos referirmos ao tipo de jornalismo que interessa a esta discussão, embora guardem nuances.

Dois aspectos são notoriamente apontados como grandes beneficiários do maior tempo de dedicação e de espaço para aprofundamento numa cobertura. O primeiro é a apuração, ao permitir aos jornalistas entender a história em profundidade, recolher e checar informações (Tuchman, 1999). No caso de Euclides da Cunha, o republicano partiu de São Paulo acreditando que o movimento de Canudos pretendia restaurar a monarquia. Ao chegar ao sertão baiano, porém, descobriu que os insurgentes eram pequenos agricultores que, em meio a latifúndios, desemprego e seca, acreditavam numa salvação milagrosa proposta por Antônio Conselheiro⁶.

⁶ Nas suas cartas sobre “Os sertões”, que chama de “livro vingador”, Cunha afirma se vingar do repórter ingênuo que foi (Baroni, Aguiar, 2012).

Moraes (2015) surpreendeu-se com a figura de Joicy na fila de espera para a cirurgia de redesignação sexual do Hospital das Clínicas: destoando das demais, era a única sem vestido, cabelos compridos ou maquiagem. Musculosa e um tanto rude, traços de quem passara boa parte da vida na roça, foi a que escolheu e a quem iria acompanhar por 18 meses, por entender o preconceito que a personagem sofre não apenas por ser transexual, mas por não ser uma transexual estereotipada: “sem os marcadores que a fariam, externamente, ser ‘mulher’, Joicy termina sofrendo um preconceito duplo, que vem tanto daqueles que não experimentam a sua condição quanto das próprias transexuais” (Moraes, 2015, p. 34-35). Outro exemplo é o de Brum, que se afeiçãoou pela menina Sônia, que tinha “olhos de velha”, o que evidencia que “um crime aconteceu, porque crianças não podem ter olhos de velho”⁷.

O segundo aspecto é a qualidade do texto, incluindo o uso de recursos literários (Martinez, 2016). Mas, como já problematizou Moraes (2015), coberturas de longa duração envolvem outros aspectos menos abordados nas redações e em estudos de jornalismo, como conflitos na relação repórter-personagem, desafios éticos e emocionais, advindos da imersão por longos períodos. “Apesar de tantas e tantos jornalistas que lutam diariamente para produzir matérias e reportagens fora de critérios redutores, ainda há um vácuo prático epistemológico no jornalismo brasileiro”, escreveu Moraes (2022, p. 23). Há jornalistas que, em vez de lutarem contra o tempo, preocupados exclusivamente com o que há de “quente” – o acontecimento que precisa ser noticiado agora porque estará “velho” amanhã –, experimentam o correr do tempo.

Em pesquisa na qual desenvolve o conceito de jornalismo etnográfico, a jornalista, antropóloga e professora dinamarquesa Anne Hermann (2016a; 2016b) entrevistou repórteres estadunidenses para entender seu processo de trabalho e observou, por exemplo, que todos eram independentes. Certamente isso ocorre porque, pelo menos para esse grupo de jornalistas entrevistados, não é possível realizar em grandes redações esse tipo de trabalho que requer tempo, inclusive um aparente “desperdício de tempo”. Entretanto, sabemos que, em redações de grande porte, os repórteres especiais que fazem jornalismo investigativo também podem produzir notícias contextualizadas e aprofundadas que exigem longo tempo de trabalho na apuração das informações.

⁷ Entrevista de Eliane Brum no canal Sempre um Papo, no YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SeeojASScDo&t=785s>. Acesso em 17 ago. 2026.

Mas, entretanto, nessa questão temporal, Moraes (2022) ressalta a existência de uma relação com o Outro: há o tempo do Outro, uma sensibilidade e uma empatia em relação a como e quando o personagem se sente mais à vontade para falar.

É recorrente nas pesquisas em jornalismo a menção ao manifesto do novo jornalismo de Tom Wolfe (1973) em resposta às convenções do jornalismo moderno, como objetividade, estrutura de notícias e velocidade. Wolfe chamou essa imersão de “reportagem de saturação”, termo que abordaremos mais adiante. Mas o pesquisador colombiano Andrés Puerta, entre outros, enfatiza que as relações entre jornalismo e literatura estão longe de se iniciarem com o chamado Novo Jornalismo, que, nos anos 1960 e 1970, investiu na descrição de ambientes, reconstrução de diálogos e recriação de atmosferas, flertando com a literatura. Puerta (2011) aponta estas relações já em “Um diário do ano da peste”, de Daniel Defoe, de 1722, que emprega linguagem jornalística, estatísticas e entrevistas como recursos de estilo para narrar a tragédia da peste bubônica que ceifou mais de 70 mil vidas em Londres, em 1665.

Além do relato autoral e humanizado, “as experiências de imersão, assim como um contínuo ‘estar aberto ao não saber’, são características fortes” desse trabalho, como destaca Moraes (2015, p. 220). Monica Martinez (2016, p. 329) afirma que tal mergulho na realidade “demanda o uso de métodos diferenciados de captação da realidade”, acreditando que uma metodologia interessante seja a “cultura do ouvir” proposta pelo semioticista Norval Baitello Jr. (2005, p. 108): “Ouvir requer um tempo do fluxo e o tempo do fluxo é o tempo do nexo, das conexões, das relações, dos sentidos e do sentir”.

Foi Érik Neveu (2006, p. 171) quem elaborou uma das primeiras concepções de jornalismo etnográfico, apontando como característica dessa prática “uma espécie de inversão das formas de cobertura comum da atualidade, passando do ponto de vista dos que decidem para os efeitos de suas decisões”. Usa também os termos “jornalismo narrativo” e “jornalismo lento”, tendo enxergado neste “uma tendência a retratar eventos ignorados pela grande mídia” (2006, p. 172). Para o sociólogo francês, há um interesse renovado pelos instrumentos narrativos na elaboração de reportagens especiais, de interesse humano e investigativas, mencionando a ideia de um “novo novo jornalismo”, expressão cunhada por Robert Boynton. Mas com especificidades: os “novos novos jornalistas” que investem na narratividade, avalia o pesquisador francês, são menos narcisistas e pirotécnicos na escrita do que seus antecessores do Novo Jornalismo.

Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo, Ponta Grossa, v.13, n. 1, e25806, p.1-20, 2026.

DOI: 10.5212/RevistaPautaGeral.v.13.25806.

Para Neveu (2006, p. 538), essa geração tem quatro denominadores comuns: 1) pratica longas e aprofundadas investigações, às vezes de extremo risco (como o “jornalismo de imersão” de um repórter que passou meses acompanhando um pelotão de soldados americanos no Afeganistão); 2) combina objetividade, a factualidade de cenas e ações, com uma grande atenção à dimensão subjetiva da experiência e aos sentimentos dos atores dos eventos; 3) mobiliza ferramentas emprestadas das ciências sociais e humanas (importando técnicas de coleta de dados, entrevista e observação, e recorrendo a fontes acadêmicas); e 4) produz reportagens que são profundamente narrativas, contam histórias, solucionam quebra-cabeças, levam os leitores pelos bastidores do mundo social, organizando um sofisticado elenco de personagens.

Moraes (2015, p. 219) aponta uma “dimensão ativista” nesse “novo novo jornalismo”, aspecto central para a nossa abordagem:

Como se observa já a partir do nome, estes jornalistas diferenciam-se do movimento anterior e imensamente incensado do qual fazem parte nomes como Truman Capote e Gay Talese, o *new journalism*. Enquanto este se alimentava fortemente da vida de uma elite econômica ou cultural e da vida das celebridades (muitas vezes desglamorizando-as, o que é sociologicamente interessante), aquele movimenta-se em torno de pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade social focando raça e classe, além de uma “acumulação implacável de detalhes que definem o status individual” (Tom Wolfe) para produzir reportagens. No novo movimento, a dimensão ativista é predominante, com feitura de reportagens voltadas para discutir com mais profundidade questões ligadas à pobreza e às subculturas. A ideia de “exótico”, algo tão presente no jornalismo (inclusive e fortemente no jornalismo de imersão), é deixada de lado: o foco é a ausência de direitos civis (Moraes, 2015, p. 220-221).

O interesse por “mundos ordinários” também é destacado por Carvalho e Mendonça Jr (2022, p. 88) ao tratar do jornalismo etnográfico, que descrevem como reportagens em profundidade nas quais “o repórter faz contato direto com seus interlocutores por meio da observação participante e entrevistas em profundidade, muitas vezes de modo involuntário”, desenvolvendo com as personagens⁸ uma relação que se desdobra e aprofunda no “decorso do tempo” – e aqui inclui-se a ideia de “lentidão” típica de coberturas jornalísticas de longa duração.

⁸ Acompanhando Moraes (2015, p. 17), assumimos o termo em lugar de fonte de informação, alguém com quem a relação não “ultrapassa um breve encontro permeado por algumas perguntas, um ‘muito obrigada’ e um ilusório ‘até logo’”.

Hermann (2016a, 2016b) localiza o jornalismo etnográfico no universo do chamado jornalismo lento. Refere-se a um gênero que tem como principais características: 1) a convivência por longo prazo durante a apuração da reportagem; 2) o foco em grupos sociais normalmente negligenciados na cobertura da mídia tradicional; e 3) a empatia entre repórter e interlocutores.

Embora a prática não seja nova, o conceito de jornalismo lento é recente e parece descrever uma resposta contemporânea aos problemas causados pela aceleração do jornalismo, tanto em sua produção quanto em seu consumo. O termo foi cunhado por Susan Greenberg em 2007, referindo-se a “reportagem de não ficção longa e jornalismo investigativo que leva tempo na escrita e na produção, resultando em um trabalho de alta qualidade” (Hermann, 2016b, p. 494, tradução nossa). Apesar de ter sido adotado por jornalistas, comentaristas de mídia e acadêmicos, o termo ainda é pouco comum em pesquisas, que em geral têm como foco principal:

a lentidão como uma abordagem para a produção (desacelerando o processo de reportagem para ‘um ritmo humano’), publicação (por exemplo, o lançamento de uma revista trimestral de notícias) e consumo (prestando a atenção das pessoas por um período de tempo significativo)” (Le Masurier, 2015, in Hermann, 2016b, p. 494, tradução nossa, grifos nossos).

Hermann indica que as dimensões temporais do jornalismo lento podem ser indexadas na distinção entre arregimentação (reportagem desacelerada, publicação mais lenta) e representação (narrativas longas). Hermann (2016a) faz referência a esse relato que se ocupa de minúcias do cotidiano, por um longo período, com o uso de estratégias de imersão, compromisso ético e gosto literário.

O jornalismo etnográfico é essencialmente o uso de estratégias de imersão científica social como a observação participante e a remodelação simultânea da composição epistêmica do jornalismo – o que, para a autora, “revela como o jornalismo é um processo adquirido de produção de sentido composto de partes filosóficas, práticas e expressivas variáveis à medida que amplia os limites epistêmicos da habilidade jornalística, adota novas estratégias de reportagem e desconsidera os estilos convencionais de redação de notícias (Hermann, 2016a, p. 261, tradução nossa).

Hermann (2016b) cita que “jornalismo lento” é um termo usado por sociólogos e antropólogos para descrever seu trabalho empírico: a etnografia. Entre as poucas análises aprofundadas acerca da forma como jornalistas utilizam recursos da etnografia em seus trabalhos, Carvalho e Mendonça Jr afirmam que – citando Lago (2010) – essas contribuições, de forma geral, “ressaltam que tanto jornalistas como etnógrafos produzem relatos a partir de um encontro com um Outro desconhecido” e, “para isso, lançam mão de ‘ferramentas’ como ‘a escuta e a capacidade de observação’” (Lago, 2010 apud Carvalho, Mendonça Jr, 2022, p. 87). Em relação às diferenças entre jornalistas e etnógrafos, apontam a linguagem, mais acessível no jornalismo, e o tempo, citando anedota registrada por Pedelty (2010) em que os etnógrafos chegam a se descrever como “*jornalistas lentos*” (Carvalho; Mendonça Jr, 2022, p. 88, grifo nosso).

Em seu trabalho sobre as relações entre tempo e espaço no conceito de jornalismo etnográfico, os autores recuperam a abordagem de Janet Cramer e Michael McDevitt (2004), que consideram que a etnografia é mais do que uma “ferramenta” para o trabalho jornalístico, e examinam também questões éticas envolvendo a relação entre repórteres e personagens – inclusive, questionando a velha noção de objetividade e defendendo uma transparência em relação a “localizações sociais e culturais” (Alcoff, 2016, p. 131). Nesse sentido, transcendendo a comparação entre os dois campos e a concepção da etnografia como um método de análise de práticas jornalísticas ou como um conjunto de técnicas disponíveis para jornalistas, Carvalho e Jr consideram a etnografia, a partir de Peirano (2014), não apenas como um método, mas também como um recurso “teórico-metodológico”, uma teoria (Peirano, 2014); ou, conforme Desmond (2016, p. 403-404), uma “sensibilidade” e uma “forma de ver” o mundo. Citam ainda Caiafa (2013, p. 88), que classifica a etnografia como um “método-pensamento” em função de seu “potencial para levantar debates sobre questões éticas, políticas e epistemológicas”.

Hermann (2016a), que analisa o formato pensando as correntes normativas das práticas jornalísticas de uma forma geral, avalia que o trabalho empírico sobre esse modelo ainda é limitado e que os observadores tendem a se envolver de forma normativa, defendendo suas virtudes, em vez de analisá-lo descritivamente.

A partir de Harrington (2003, p. 92-94), a pesquisadora elenca as características definidoras de “antropólogos jornalistas” ou “jornalistas etnográficos”:

Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo, Ponta Grossa, v.13, n. 1, e25806, p.1-20, 2026.

DOI: 10.5212/RevistaPautaGeral.v.13.25806.

1) Mergulhar na vida de seus personagens; 2) deixar que a ação se desenvolva naturalmente; 3) coletar material por meio de todos os sentidos; 4) entrevistar para obter um significado mais profundo; 5) procurar uma linha de ação temporária que tornará a história dramaticamente coerente; 6) coletar diálogos ouvidos em excesso; 7) relatar detalhes de status; 8) observar gestos e características corporais para representar o personagem; 9) observar pequenos eventos e detalhes que evoquem os temas de suas histórias (Hermann, 2016a, p. 267-268, tradução nossa).

Em sua pesquisa, Hermann entrevistou nove jornalistas norte-americanos reconhecidos, alguns dos quais acompanhou de perto. Um aspecto importante é o fato de nenhum deles trabalhar em redações da mídia de referência e com a produção do noticiário cotidiano, no qual há o imperativo dos prazos de fechamento e restrições a determinadas pautas, seja por motivos econômicos ou constrangimentos da linha editorial:

[...] A etnografia surgiu como um ideal explicitamente acentuado para repórteres nos Estados Unidos que tentam retratar os ambientes humanos a partir de dentro. Especialmente, a reportagem literária de formato longo e a etnografia pública parecem estar inerentemente relacionadas (Hermann, 2016a, p. 261, tradução nossa).

O uso de métodos etnográficos no jornalismo não é novo. No entanto, embora a prática seja antiga, “suas qualidades etnográficas distintas só recentemente foram apreciadas e categorizadas como tal” (Hermann, 2016a, p. 261, tradução nossa). Hermann define o jornalismo etnográfico em três níveis: epistemológico, estratégico e estilístico. O nível epistemológico, entendido como “a lógica e as suposições nas quais a investigação jornalística se baseia explícita ou implicitamente” (2016a, p. 263), é o mais abstrato dos três, em que a autora “percebe uma postura mais interpretativa dos repórteres, em vez de uma busca por objetividade”, além do interesse por reportar não eventos, mas processos sociais. Assim, o jornalismo etnográfico, no nível epistêmico, “desafia pelo menos três aspectos do jornalismo convencional: seu ideal de objetividade, sua preocupação com eventos singulares e seus valores culturais” (2016a, p. 264).

É no nível estratégico que jornalistas deixam de lado a tão cobrada busca por distanciamento para assumir a empatia e a imersão que caracterizam esse tipo de jornalismo. Os meios ou o método para alcançar o sucesso “operam no nível estratégico”, explica a pesquisadora, que continua: “incluindo o seu público como participante, o jornalismo público exemplifica como as novas abordagens estratégicas mudam o jornalismo” (Hermann, 2016a, p. 263, tradução nossa).

Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo, Ponta Grossa, v.13, n. 1, e25806, p.1-20, 2026.

DOI: 10.5212/RevistaPautaGeral.v.13.25806.

Por fim, o nível estilístico, o mais concreto, está relacionado especialmente ao estilo literário, unindo métodos etnográficos no processo de apuração, entrevistas e relação com personagens à narrativa literária: “Essas preocupações podem informar os níveis estratégico e epistêmico, além de serem determinadas por eles” (Hermann, 2016a, p. 263, tradução nossa).

Ainda que se reconheçam especificidades destes conceitos e nomenclaturas de jornalismo para além das práticas profissionais da mídia de referência, entende-se que todos falam de uma busca de alternativas ao viés positivista de uma atividade que ainda reverbera valores idealizados (e inalcançáveis) como a objetividade, a isenção e a imparcialidade. O jornalismo etnográfico parece implodir esses ideais modernos, abraçando a subjetividade, a empatia, a preocupação com a representatividade. Sabemos que o conceito de objetividade jornalística passou por profundas redefinições históricas e teóricas, mas essa discussão ultrapassa o escopo deste trabalho.

A proposta do artigo, portanto, não é caracterizar conceitualmente a objetividade no jornalismo, mas apontar que a reconstrução epistemológica do campo jornalístico implica no mapeamento histórico do advento da subjetividade como categoria analítica e prática profissional. Ao situar historicamente o movimento pela subjetividade no jornalismo, Schudson (2010) demonstrou que o escrutínio em torno do dogma da objetividade recua à década de 1920, impulsionado pelo ceticismo pós-Primeira Guerra.

Esse processo de tensão culmina nos anos 1960 e 1970, períodos nos quais jornalismo literário e o jornalismo investigativo se consolidam como formas de contra ofensivas diante da crise de credibilidade das instituições jornalísticas decorrente da Guerra do Vietnã e das contestações da contracultura. Tuchman (1999), com a noção de “ritual estratégico”, e Sponholz (2009), ao redefinir objetividade como norma metodológica, são duas autoras que também pensam a relação objetividade, parcialidade e subjetividade.

São estes os valores da cultura jornalística que buscaremos, *a posteriori*, identificar na experiência de Sansão na cobertura do caso Rafael Braga. Assumimos o conceito de jornalismo de subjetividade apresentado por Moraes (2022), que, em vez de abordar a ideia da inevitabilidade da subjetividade no jornalismo, a defende como uma “ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral”, entendendo-a como uma potência e, portanto, tirando da subjetividade no jornalismo a carga negativa que lhe foi atribuída.

Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo, Ponta Grossa, v.13, n. 1, e25806, p.1-20, 2026.

DOI: 10.5212/RevistaPautaGeral.v.13.25806.

Caso Rafael Braga: relação repórter e personagem

A cobertura do caso Rafael Braga pela jornalista Luiza Sansão teve início em junho de 2015, dois anos depois. As matérias publicadas até então referiam-se apenas a um morador de rua negro que havia sido preso injustamente nas manifestações de junho de 2013. “Negro, morador de rua é o primeiro condenado por protestos de junho” (El País Brasil)⁹, “Prisão de morador de rua nos protestos completa um ano” (BBC)¹⁰ e “Justiça mantém prisão de morador de rua por Pinho Sol” (Carta Capital)¹¹ são alguns exemplos. Não havia informações sobre quem era aquele jovem, sua origem, sua família, sua vida. No máximo, declarações de um dos advogados fazendo a crítica da seletividade do sistema penal, da Anistia Internacional ou ativistas da Campanha Pela Liberdade de Rafael Braga, que reunia doações para ajudar a família. Sua tarefa, como colaboradora não remunerada da Ponte Jornalismo, era averiguar a situação de um jovem negro injustamente preso no Rio de Janeiro dois anos antes, durante as manifestações de junho de 2013 que ficaram conhecidas como “jornadas de junho”.

A primeira reportagem¹² envolveu dois meses de apuração e redação. Entre as informações apuradas estava a de que Rafael não era exatamente um morador de rua: dormia por alguns dias no Centro do Rio, catando latas, até reunir material suficiente para retornar com algum dinheiro para a casa da família, na favela Vila Cruzeiro, Olaria, na Zona Norte do Rio.

A partir de uma longa entrevista com Carlos Eduardo Martins, do pequeno grupo de advogados que atuava no Instituto de Defensores dos Direitos Humanos (IDDH) e fazia a defesa de Rafael, o processo judicial foi estudado em detalhes, com ênfase nas informações acerca das circunstâncias da prisão e do que havia se passado desde então na esfera judicial. De todos os presos durante as manifestações, ele havia sido o primeiro e único a ser condenado logo, sem poder aguardar julgamento em liberdade, como os demais. A acusação era de porte de material explosivo, um “coquetel molotov”.

⁹ Disponível em: <https://share.google/ZaH7AfINE1CX0uOXt>. Acesso em 17 ago. 2026.

¹⁰ Disponível em:

www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/06/140620_salasocial_morador_rua_preso_produtos_limpeza_um_ano_rs. Acesso em 17 ago. 2026.

¹¹ Disponível em: <https://share.google/4AfSs3lfidy8XSCq8>. Acesso em 17 ago. 2026.

¹² “O primeiro e único condenado das manifestações de 2013”. Disponível em: <https://ponte.org/o-primeiro-e-unico-condenado-das-manifestacoes-de-junho-de-2013>. Acesso em 17 ago. 2026.

Uma informação despertou a atenção da jornalista: Rafael havia sido preso em uma rua fora da rota da manifestação. Não era manifestante e nem mesmo entendia a motivação dos protestos.

Diante da impossibilidade de entrevistar Rafael na prisão, a primeira reportagem se baseou em seus depoimentos e em seu relato ao então deputado estadual Marcelo Freixo, que, à época, presidia a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio. A matéria questiona o célere processo enfrentado por Rafael, “em contraste com a costumaz morosidade do Poder Judiciário”, e que culminou com “mais um negro pobre no sistema carcerário”. Evidencia-se, na reportagem, um posicionamento contra o racismo, a criminalização da pobreza, a forma como o processo havia se dado até ali, referenciando documentos e com declarações do advogado.

Faltava entender quem era Rafael, conhecer sua família, sua casa. Lá se deu o primeiro contato com a mãe, Adriana Braga, para uma entrevista que não fluiu propriamente. A relação começou a se estabelecer no trajeto de 50 minutos de ônibus que percorreram juntas em seguida, para uma reunião do coletivo Campanha pela Liberdade de Rafael Braga no Centro. Lá, compartilharam um lanche.

Pouco menos de um mês após a publicação da primeira reportagem, Rafael voltou ao regime semiaberto e a trabalhar em um escritório de advocacia, sendo possível o primeiro encontro. “Senti uma empatia enorme: pude enxergá-lo, em sua timidez de menino, cujo olhar transmitia uma espécie de ingenuidade adolescente, o que soou como um certo descompasso com seus então 27 anos” (Sansão, 2024, p. 103). Ao fim de 2015, Rafael teve progressão para o regime aberto com uso de tornozeleira eletrônica, podendo trabalhar e cumprir sua pena em casa com a família. Entretanto, em janeiro de 2016, Rafael foi abordado por PMs na favela onde residia. Levado à delegacia, foi vítima de novo flagrante forjado e voltou à prisão.

Em abril de 2016 houve a primeira audiência de instrução e julgamento. Além dos advogados e da mãe de Rafael, a repórter foi a única a acompanhar a audiência. A reportagem apontou contradições do PM Pablo Vinícius Cabral, e a versão da testemunha que presenciou a abordagem e as agressões a Rafael, que garantiu não levar nada nas mãos:

Na versão apresentada anteriormente, o policial afirmou que o grupo de PMs fazia um patrulhamento rotineiro na comunidade Vila Cruzeiro quando um morador informou um dos policiais de que havia uma pessoa vendendo drogas na região conhecida como “Sem Terra”, e os policiais então se dirigiram ao local, deparando-se com Rafael. Já na audiência, Cabral afirmou que os PMs faziam uma operação na região na manhã do dia 12/01 porque havia “engenheiros fazendo metragem” no local e, quando receberam a denúncia do morador, ele e os colegas se depararam com um grupo de pessoas, e todas teriam corrido em fuga, restando apenas Rafael com uma sacola plástica nas mãos, contendo “drogas e um ou dois morteiros”, segundo o PM. Indagado pelos advogados de defesa de Rafael sobre ter afirmado no primeiro depoimento que se tratava de um patrulhamento rotineiro, Cabral respondeu que “operação na favela é todo dia” e naquele dia especificamente a operação foi motivada pela presença dos engenheiros. Sobre ter alegado anteriormente que, quando chegaram ao local denunciado pelo morador, encontraram apenas “um meliante”, e na audiência ter afirmado que havia um grupo, o PM respondeu que “devia ter uns dois ou três, mas os outros correram”. O policial também afirmou não saber qual era a firma de engenharia que “fazia metragem” na região naquela manhã (Sansão, 2016)¹³.

Essa e outras reportagens detalharam as diligências apresentadas pelos advogados, a presença de ativistas da Campanha Pela Liberdade de Rafael Braga na calçada em frente ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e dedicou espaço para as falas da mãe de Rafael, trazendo, ao texto, a emoção que também é informação (Moraes, 2022), como se pode observar no seguinte fragmento:

Ao chegar, algemado, à sala onde foi realizada a audiência, Rafael encontrava-se visivelmente abatido. Sua pele negra traz um tom amarelado — um amarelo-prisão. Os advogados de defesa pediram ao Juízo que suas algemas fossem retiradas, uma vez que o jovem jamais apresentou comportamento violento ou representou qualquer risco às pessoas à sua volta. Mas as algemas não foram retiradas. Não desta vez. Talvez na próxima audiência, deu a entender o Juízo, diante da diligência apresentada pelos advogados e da própria postura do jovem.

Apesar de mais magro e pálido, após três anos vivendo a saga que tornou seu rosto conhecido em diversos países, a estampar muros em toda a cidade do Rio de Janeiro, Rafael ainda aparenta leveza e carrega no semblante a mesma paz e ingenuidade genuínas que podiam ser vistas em seus olhos meses atrás, quando ele disse à Ponte como se sentia feliz ao voltar a trabalhar no Escritório de Advocacia João Tancredo. É como o olhar daquele que se sabe inocente e acredita que, em algum momento, terá sua redenção. Ele não se rebela, não dá o menor sinal de agressividade. Ele apenas se senta, olha timidamente quem está na sala.

¹³ PM se contradiz ao depor contra Rafael Braga, preso nas manifestações de junho de 2013. Ponte Jornalismo, 20/04/2016. Disponível em: <https://share.google/81uRiNLGmwjyqqoDJ>. Acesso em 17 ago. 2026.

Quando seus olhos encontram os da mãe, Adriana Braga, ou até os desta repórter, ele ergue as mãos para acenar positivamente, mas encontra o limite imposto pelas algemas, e baixa de volta as mãos calmas. Mesmo assim, ele sorri - um sorriso sincero, de paz. A mãe, que não pode abraçá-lo nem para se despedir, resigna-se - no olhar, a mesma dor de quando relatou à Ponte, há quase um ano, o quanto seu filho mais velho é afetuoso e a ajudava com o dinheiro que ganhava vendendo as latas recolhidas nas ruas. "Nem abraçar ele eu posso", murmura ela, baixinho, saindo da sala à qual sabe que terá que voltar outras vezes. Porque a saga de Rafael é a sua própria. (Sansão, 2016)¹⁴

Ao todo, foram 28 publicações, das quais 21 na Ponte Jornalismo e sete no *blog* ancorado no *site* Outras Palavras. Seguindo preceitos éticos canônicos na formação em jornalismo (Grillo, 2003; Tuchman, 1999; Bahia, 1990), Sansão não expôs nos textos publicados a intimidade e confiança mútua conquistadas ao longo dos anos de convivência. Observa que não cogitou expor, por exemplo, problemas ocorridos no âmbito familiar de Rafael ou em relação à sua dependência química, e justifica: se tivesse abordado esses problemas, “poderia ter reduzido o apoio da opinião pública e provocado o aprofundamento de estigmas já tão pesados sobre um jovem em situação de extrema vulnerabilidade social” (Sansão 2024, p. 115).

Ao mesmo tempo, nas publicações pontuais sobre o caso nos últimos anos, Sansão exercitou na escrita a liberdade que considera conquistada após tanto tempo de cobertura. No aniversário de 30 anos de Rafael, em 2018, publicou uma crônica¹⁵ em que afirma, pela primeira vez de forma explícita, na linha fina abaixo do título “Rafael Braga, 30”, o seu sentimento: “O que acontece com Rafael me afeta. Até porque não se trata só do Rafael, mas de todas as pessoas que, como ele, o Estado criminaliza”. Sansão (2024, p. 116) explica que já “não interessava simular nenhum distanciamento”, assumindo que, como tantos profissionais, já simulará ou tentará simular antes, seja levada pela falácia da objetividade, seja por constrangimentos organizacionais de redações, que existem, mesmo nas independentes.

¹⁴ Segundo PM a depor contra Rafael Braga contradiz colega. Ponte Jornalismo, 12/05/2016. Disponível em: <https://ponte.org/segundo-pm-a-depor-contradiz-rafael-braga-contradiz-depoimento-do-primeiro/>. Acesso em 17 ago. 2026.

¹⁵ Ver a reportagem “Rafael Braga, 30”. Blog da Luiza Sansão, 30/01/2018. Disponível em: <https://outraspalavras.net/luizasansao/2018/01/31/rafael-braga-30/>. Acesso em 17 ago. 2026.

Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo, Ponta Grossa, v.13, n. 1, e25806, p.1-20, 2026.

DOI: 10.5212/RevistaPautaGeral.v.13.25806.

No *blog*, nomeia sentimentos que a acompanham durante a cobertura: “revolta” pelas violências de Estado contra Rafael, ao celebrar a visibilidade que proporcionou ao caso, como a “angústia” e a “impotência” em relação à sobrevivência de Rafael.

Considerações finais

O jornalismo aqui em debate corresponde uma modalidade específica de reportagem caracterizada pelo acompanhamento prolongado de processos, acontecimentos e personagens ao longo do tempo. Não se trata de estabelecer uma hierarquia entre formas distintas de produção jornalística nem de opor o jornalismo de longa duração ao jornalismo diário: ambos desempenham funções sociais essenciais e complementares.

Enquanto a cobertura cotidiana privilegia a atualidade, a circulação rápida das informações e o acompanhamento contínuo dos acontecimentos, as coberturas de longa duração permitem compreender processos sociais complexos, historicizar eventos, acompanhar transformações ao longo do tempo e aprofundar as relações entre repórter, personagens e fenômenos sociais.

As condições de produção jornalística hoje, entretanto, tornam esse tipo de cobertura cada vez mais difícil. A aceleração dos fluxos de trabalho, a redução das equipes, a multiplicação de tarefas atribuídas aos repórteres e a crescente pressão por produtividade limitam o tempo disponível para a apuração aprofundada, a observação continuada e a convivência com personagens. Tendências apontadas por Kovach e Rosenstiel (2004, p. 112), como entrevistas por telefone ou aplicativos de mensagens e recorrência a fontes institucionais¹⁶, constituem estratégias impostas pela precarização das condições de trabalho nas redações, e não escolhas metodológicas dos jornalistas¹⁷. É o “jornalismo sentado” de que nos fala Neveu (2006).

¹⁶ Ao se ouvir sempre as mesmas fontes oficiais (os definidores primários), tem-se o reforço da ideologia dominante e o silenciamento de outros tipos de fonte (aquelas que são comumente marginalizadas no jornalismo do dia a dia), fenômeno constatado por Elisabeth Noelle-Neumann. “A definição da leitura do real por essas fontes, assim como a circulação majoritária de suas declarações, que as hierarquiza num estrato superior de qualidade e credibilidade em relação a outros tipos de fonte, acaba por reforçar o suporte à ideologia oficial e por silenciar e marginalizar outras vozes e possibilidades interpretativas, fenômeno a que Noelle-Neumann denomina espiral do silêncio” (Passos, 2017, p. 5).

¹⁷ Sobre as especificidades da atividade jornalística ver Silva e Maia (2011).

Tudo isso reforça enquadramentos já consolidados, restringe a diversidade de perspectivas presentes na cobertura cotidiana e limita a conexão de jornalistas com a pauta e as fontes, inviabilizando o aprofundamento e a contextualização. Em 2017, quatro anos depois da prisão de Rafael e de extensa cobertura do caso, ainda havia publicações em que Rafael era identificado como “morador de rua”¹⁸. Não se trata de uma limitação inerente ao jornalismo diário, cuja relevância social é incontestável, mas de constrangimentos estruturais que dificultam a realização de reportagens voltadas à compreensão aprofundada de fenômenos complexos.

Encontramos nas pesquisas de Hermann (2016a, 2016b) uma abordagem pertinente, original e atual, além de complementar àquelas mais frequentemente referenciadas no Brasil sobre jornalismo de longa duração. Constatamos que, na cobertura jornalística estudada, estão presentes todas as características apontadas pela autora: a convivência por longo prazo durante a apuração da reportagem; o foco em grupos sociais por vezes negligenciados na cobertura da grande mídia e a empatia entre repórter e interlocutores. O trabalho se torna parte de um diálogo com personagens que revelam, no processo, personalidades mais complexas; logo, abertas a contradições.

Ao mesmo tempo, sua perspectiva sobre jornalismo etnográfico, identificando jornalistas que assumem a empatia e a imersão como estratégia, refutando o distanciamento ditado pelas cartilhas jornalísticas tradicionais, estabeleceu diálogo com a proposta por Moraes (2022), de que jornalistas podem e devem tomar suas pautas como “armas de combate”, abraçando a subjetividade não como um problema, mas como solução possível para o empobrecimento e a perda de relevância da profissão.

Não é proposta de trabalho realizar uma revisão dos gêneros e formatos jornalísticos ou confrontar referências sobre o que se convencionou chamar de “grande reportagem”, “reportagem de fôlego” e “jornalismo em profundidade” (Lima, 2009; Wolfe, 1973), mas apresentar os resultados de uma pesquisa sobre “coberturas de longa duração”, em que se acompanha uma história ou personagem por meses ou anos.

¹⁸ “Ex-morador de rua preso em protesto de 2013 é condenado a 11 anos de prisão por tráfico”. G1, 21/04/2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/ex-morador-de-rua-presos-em-protesto-de-2013-e-condenado-a-11-anos-de-prisao-por-trafico.ghtml>. Acesso em 17 ago. 2026.

Quanto à metodologia, a pesquisa original levou à análise documental de reportagens e à autoetnografia (Ellis; Bochner, 2000; 2006; Adams, 2008; Wyatt, 2008; Anderson, 2006; Holman Jones, 2005; Ellis, 2004), uma vez que a própria repórter realizava a pesquisa. Neste artigo descartamos esta opção, por dois motivos principais: a utilização de métodos inspirados na etnografia estava presente na realização das reportagens que constituem o *corpus*, mas a autoetnografia pressupõe um planejamento, coleta de dados e observações anteriores à sua realização, não cabendo *a posteriori*. Assim, realizamos uma pesquisa exploratória embasada pela análise documental das reportagens e da própria dissertação, à luz de referencial teórico sobre jornalismo etnográfico, jornalismo de longa duração e jornalismo de subjetividade, a fim de verificar, na cobertura do caso Rafael Braga, tensionamentos de preceitos éticos tradicionalmente ligados ao jornalismo.

Percebemos ainda que há extensa produção sobre o jornalismo que se ocupa das narrativas aprofundadas, associadas ao jornalismo literário, “modalidade que, enquanto representante de um gênero que valoriza a narrativa, em geral precisa de mais tempo para a apuração e redação” (Martinez, 2017, p. 24), mas diz mais respeito à questão do estilo e da estrutura textual. Ainda são poucos os estudos dedicados ao processo de apuração e aos desafios que uma cobertura jornalística de longa duração impõe aos jornalistas. Este trabalho busca contribuir para o desenvolvimento desse tema no campo das pesquisas em jornalismo.

Referências

ALCOFF, L. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 129-143, 2016.

ADAMS, T. E. A review of narrative ethics. **Qualitative Inquiry**, v. 14, n. 2, p. 175-194, 2008.

ANDERSON, L. Analytic autoethnography. **Journal of Contemporary Ethnography**, v. 35, n. 4, p. 373-395, 2006.

BAHIA, J. **Jornal, história e técnica 2**: as técnicas do jornalismo. São Paulo: Ática, 1990.

BAITELLO Jr., N. Cultura do ouvir. In: BAITELLO Jr., N. **A era da iconofagia**: ensaios de comunicação e cultura. São Paulo: Hacker, 2005.

BARONI, A.; AGUIAR, L. A. de. Os sertões: discurso, verdade e poder. **Polêm!ca**, v. 11, n. 2, p. 160-175, abr./jun.2012.

BRUM, E. **A menina quebrada**: e outras colunas de Eliane Brum. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2013.

CUNHA, E. da. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

CAIAFA, J. **Trilhos da cidade**. Viajar no metrô do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora, 2013.

CARVALHO, J.; MENDONÇA JÚNIOR, F. Para além da lentidão: influências das relações entre tempo e espaço no conceito de jornalismo etnográfico. **Revista Eco-Pós**, v. 25, n. 3, p. 86-108, 2022.

CRAMER, J.; McDEVITT, M. Ethnographic Journalism. *In*: IORIO, S. H. (Ed.). **Qualitative Research in Journalism**. Taking it to the Streets. Mahwah: Laurence Erlbaum Associates, Publishers, 2004.

DESMOND, M. **Evited**. Poverty and Profit in the American City. Nova York: Brodway Books, 2016.

ELLIS, C. **The ethnographic I**: A methodological novel about autoethnography. Walnut Creek, CA: Alta Mira Press, 2004.

ELLIS, C.; BOCHNER, A. P. (2006). Analyzing analytic autoethnography: An autopsy. **Journal of Contemporary Ethnography**, v. 35, n. 4, p. 429-449. 2006.

ELLIS, C.; BOCHNER, A. P. Autoethnography, personal narrative, reflexivity. *In*: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks, CA: Sage. 2000, p. 733-768.

GRILLO, S. V. de C. Manuais de Redação e Estilo: gêneros do discurso, linguagem e objetividade na imprensa. **The ESpecialist**, v. 24, nº especial, p. 85-110, 2003.

HERMANN, A.K. Ethnographic Journalism. **Journalism**, v. 17, n. 2, p. 260-278, 2016a.

HERMANN, A.K. The Temporal Tipping Point. Regimentation, representation and reorientation in ethnographic journalism. **Journalism Practice**, v. 10, n. 4, p. 492-506, 2016b.

HOLMAN JONES, S. Autoethnography: Making the personal political. *In*: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks, CA: Sage 2005. p. 763-791.

KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo**: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo, Ponta Grossa, v.13, n. 1, e25806, p.1-20, 2026.

DOI: 10.5212/RevistaPautaGeral.v.13.25806.

LAGO, C. Ensinamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do Outro no jornalismo. **Brazilian Journalism Research**, v. 6, p. 164-178, 2010.

LIMA, E. P. **Páginas ampliadas**: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. Barueri: Manole, 2009.

LONGHI, R. R.; WINQUES, K. O lugar do longform no jornalismo online. Qualidade versus quantidade e algumas considerações sobre o consumo. **Brazilian Journalism Research**, v. 11, p. 110-127, 2015.

MARTINEZ, M. **Jornalismo Literário**: tradição e inovação. Florianópolis: Insular, 2016.

MORAES, F. **A pauta é uma arma de combate**: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2022.

MORAES, F. A. **O nascimento de Joicy**: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem. Porto Alegre: Arquipélago, 2015.

NEVEU, E. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2006.

PASSOS, M. Y. Dois modelos jornalísticos e os definidores do real no jornalismo literário. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40., 2017, Curitiba. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2017. p. 1-15.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, v. 20, n. 42, 2014.

PUERTA, A. El periodismo narrativo o una manera de dejar huella de una sociedad en una época. **Anagramas**, v. 9, n. 18, p. 47-60, 2011.

SANSÃO, L.S.S. **Jornalismo literário-etnográfico e subjetivação da objetividade**: a relação entre repórteres e personagens em coberturas de longa duração e a dimensão narrativa e ética de relatos de profundidade. Dissertação (Mestrado) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, 2024.

SILVA, G; MAIA, F. D. Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. **RuMoRes**, v. 5, n. 10, p. 18–36, 2011.

SCHUDSON, M. **Descobrimos a notícia**: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.

SPONHOLZ, L. **Jornalismo, conhecimento e objetividade**: além do espelho e das construções. Florianópolis: Insular, 2009.

TUCHMAN, G. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1999.

Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo, Ponta Grossa, v.13, n. 1, e25806, p.1-20, 2026.

DOI: 10.5212/RevistaPautaGeral.v.13.25806.

WOLFE, T. **The New Journalism**. New York: Harper & Row, 1973.

WYATT, J. No longer loss: Autoethnographic stammering. **Qualitative Inquiry**, v. 14. n. 6, p. 955-967. 2008.

Submissão: 16 nov. 2025

Aceite: 20 jul. 2026